

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 120

ABRIL de 2008

No mês de Abril de 2008, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em Plenário nos dias 22 e 29, na sede da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 22 de Abril de 2008

PRESENCAS

Na sessão plenária de dia 22, presidida pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro, estiveram presentes os vogais, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. Euclides José Dâmaso Simões; Procuradores da República nos Círculos Judiciais de Setúbal e de Sintra, respectivamente, Drs. João Luís Bento Pena dos Reis e Paulo Eduardo Afonso Gonçalves; Procuradores-Adjuntos nas Comarcas de Coimbra, Tavira, Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa e de Oliveira de Azeméis, respectivamente, Drs. Raquel Maria Quaresma Francisco, Luís Manuel Maia Mota Carmo, João Paulo Anastácio Centeno e Edite Paula de Almeida Pinho: os membros eleitos pela Assembleia da República, Prof. Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Drs. Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva, João José Garcia Correia, António José Barradas Leitão e Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues e os membros designados por Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Júlio de Castro Caldas e Professora Doutora Maria Fernanda dos Santos Martins da Palma Pereira.

O Sr. Dr. Ricardo Rodrigues, só esteve presente no período da manhã.

A partir do ponto 15, inclusive, a sessão passou a ser presidida pelo Exmo Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Mário Gomes Dias.

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PONTO PRÉVIO

Verificação de poderes como Vogal do Conselho Superior do Ministério Público da Exma Senhora Professora Doutora **Maria Fernanda dos Santos Martins da Palma Pereira**, designada por despacho, de 25 de Março de 2008, de Sua Excelência o Ministro da Justiça.

O Conselho procedeu à verificação de poderes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Conselheiro Procurador-Geral da República na sequência da referida verificação de poderes, deu as boas-vindas à Senhora Professora Doutora **Maria Fernanda Palma**, formulando votos das maiores felicidades pessoais e congratulando-se ainda, em nome do Conselho, pela sua nomeação. Associaram-se às palavras de boas-vindas todos os Membros do Conselho, tendo os Senhores Drs. Rui Alarcão, Francisca Van Dunem e João Correia acompanhado os votos formulados.

O Sr. Dr. **Euclides Dâmaso** deu notícia da proposta de resolução aprovada na 17.^a Comissão para a Prevenção do Crime e a Justiça Penal da ONU, em 18 de Abril de 2008, sobre o “Fortalecimento do Estado de direito através do aumento da integridade e da capacidade do Ministério Público” tendo ainda entregue um documento sobre o tema.

O Sr. Dr. **João Paulo Centeno** aproveitou, também o período de antes da ordem do dia para colocar questão relativa ao curso extraordinário para Juízes nos Tribunais Fiscais e Administrativos.

A Sr.^a Dr.^a **Edite Pinho** colocou uma questão relativa ao futuro modelo de formação do Centro de Estudos Judiciários.

Na sequência desta intervenção, o Conselho deliberou oficialiar ao Centro de Estudos Judiciários, tendo em vista obter informações a matéria.

TABELA DA SESSÃO

ACTAS

Foi aprovada a acta da sessão do dia 11 de Março de 2008.

VOTO DE PESAR

Foi presente uma carta de pesar pelo falecimento do Senhor Procurador-Geral Adjunto Jubilado, Vogal do CSMP, Dr. **António Henrique Rodrigues Maximiano**.

O Conselheiro Procurador-Geral da República, referindo-se à carta em causa e acompanhando os sentimentos expressos na mesma, manifestou o seu pesar pela falecimento do Dr. Rodrigues Maximiano, de quem era amigo há muitos anos, salientando que se tratava de um Homem e Magistrado ilustre a quem o Ministério Público deve imenso e que esteve presente em todos os momentos da história recente do Ministério público. Propôs, no que foi secundado por todos os presentes, que ficasse consignado em acta um voto de saudade e pesar pelo falecimento de tão distinto Magistrado.

Os Senhores Drs. João Correia, Euclides Dâmaso, Pinto Nogueira e Rui Alarcão, no uso da palavra, manifestaram o seu pesar e saudade, sublinhando ainda a sua admiração pelo Homem e pelo magistrado.

Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero Americanos

O Conselho deliberou tomar conhecimento e encarregar o Secretário da Procuradoria-Geral da República de diligenciar no sentido de dar resposta ao questionário referente à Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero Americanos.

COMISSÕES DE SERVIÇO

1) O Conselho deliberou renovar a comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **João Manuel Cabral Tavares** vem exercendo nos Supremos Tribunais;

2) O Conselho deliberou renovar a comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Manuel António Neves Tavares Bastos** vem exercendo como Inspector do Ministério Público.

NOMEAÇÕES

O Conselho deliberou aprovar a proposta de nomeação do Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Francisco Teodósio Jacinto**, para os Supremos Tribunais (STJ) (cfr. artigo 125º n.º 2, do Estatuto do Ministério Público).

QUEIXAS E PARTICIPAÇÕES

1) Faltas dadas ao serviço pelo Procurador-Adjunto, em funções na Comarca de Vila Nova de Gaia.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou não conhecer do pedido e determinar a remessa dos autos ao Procurador-Geral da República.

2) Exposição subscrita por *Sandra Maria Fernandes Pinto Sena*, relacionada com a conduta do magistrado do MP na tramitação de processo do Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira.

Relatora: Dra. Francisca Van Dunem.

O Conselho deliberou arquivar a referida exposição.

3) Participação subscrita por *João Manuel Bengalinha e Maria Teresa Bengalinha* contra Procurador-Adjunto.

Relator: Dr. Pinto Nogueira.

O Conselho deliberou arquivar o processo, com votos de abstenção dos Srs. Drs. João Correia e Filipe Fraústo da Silva.

4) Certidão extraída do processo de interdição/inabilitação n.º 504/06.1TBSTR do 3.º Juízo Cível da Comarca de Santarém.

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou arquivar a participação.

5) Certidão extraída do processo administrativo 169/07.3TUVFR, dos Serviços do Ministério Público da Comarca de Santa Maria da Feira.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou ordenar a instauração de um inquérito, com vista à averiguação das anomalias verificadas na tramitação do processo administrativo.

6) Certidão extraída dos Autos de Processo Comum n.º 4/05.7PBFAR, do 2.º Juízo Criminal de Faro.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou ordenar o arquivamento dos autos.

7) Certidão extraída de processo dos Serviços do Ministério Público de Cascais.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou mandar aplicar a pena de *advertência* a Procuradora-Adjunta, notificando-a para se pronunciar sobre os factos descritos no prazo de 15 dias.

Votaram vencidos os Srs. Drs. Braga Temido, Pinto Nogueira, Pena dos Reis, Raquel Francisco, João Paulo Centeno, Maria Fernanda Palma e Mota Carmo, que apresentou a declaração de voto.

O Dr. Paulo Gonçalves absteve-se.

8) Certidão extraída do processo n.º 5022/2006 da Procuradoria-Geral Distrital do Porto.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou ordenar o arquivamento dos autos.

9) Exposição subscrita por Procuradora-Adjunta, remetida pelo Conselho dos Oficiais de Justiça, relacionada com a utilização de casa de função.

Relator: Dr. Luís Verão.

O Conselho deliberou determinar a instauração de inquérito.

10) Requerimento subscrito por *José Manuel Pereira Rodrigues*, em resposta à deliberação do CSMP de 18/2/2008.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou não proferir nova decisão sobre o pedido, remetendo-se para a decisão anteriormente tomada.

11) Autos de Contra ordenação – Prescrição de Coimas ocorrida na Comarca de Pombal.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho determinou a instauração de Processo Disciplinar a Procurador-Adjunto.

PROCESSOS DISCIPLINARES

1) Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 17/10/2007, que aplicou a pena de advertência a Procuradora da República.

Relator: Dr. Filipe Fraústo da Silva.

O Conselho deliberou redistribuir o processo a novo Relator.

2) Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 17/10/2007, que aplicou a pena de 1 ano de inactividade a Procurador-Adjunto.

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou atender parcialmente a reclamação atenuando a pena para o escalão inferior, de suspensão de exercício pelo período de 6 meses.

O Dr. Filipe Fraústo da Silva votou vencido.

3) Processo de reabilitação de Procuradora-Adjunta.

Relator: Dr. Braga Temido.

O Conselho deliberou conceder a reabilitação à magistrada em causa.

O Sr. Dr. Barradas Leitão absteve-se.

O Sr. Dr. João Correia não participou na discussão e votação deste ponto.

4) Processo de reabilitação de Procurador-Adjunto.

Relator: Dr. Luís Verão.

O Conselho deliberou conceder a reabilitação ao magistrado em causa, com abstenção do Dr. Barradas Leitão.

5) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, respeitante à Acção Especial interposta por Procurador-Adjunto, da pena disciplinar que lhe foi aplicada pelo CSMP de 18 meses de suspensão de exercício de funções.

Relator: Dr. Luís Verão.

O Conselho tomou conhecimento, tendo deliberado não se justificar a interposição de recurso.

6) Reapreciação do inquérito em que é visado Procurador da República.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação, confirmando na íntegra o acórdão de 4/1/2005 e ordenando, por isso, o arquivamento dos autos.

INSPECÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

1) Reclamação para o Plenário apresentada por Procurador-Adjunto, do acórdão, de 21/01/2008, que determinou o arquivamento do processo de inspecção.

Relator: Dr. Fraústo da Silva.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação por extemporânea.

2) O Conselho deliberou indeferir o pedido de inspecção extraordinária solicitada por Procurador da República no Círculo Judicial do Funchal.

3) Requerimento de Procuradora-Adjunta, solicitando a apreciação do processo de inspecção ao serviço por si prestado, suspenso desde 1989 na sequência do processo disciplinar.

4) Inspecção aos Serviços do Ministério Público na Comarca de Vila do Porto.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou notificar as Lics. Susana Moura Alves Cruz, Ana Maria Alves Reduto e Ana Ricarda Evangelista e Sá do acórdão bem como do relatório de inspecção e arquivar os autos.

Relator: Dr. Braga Temido.

O Conselho deliberou indeferir o requerido e arquivar os autos, com voto de vencida da Doutora Fernanda Palma.

O Dr. João Correia não participou na discussão e votação deste ponto.

APOSENTAÇÕES

Pedido de aposentação por incapacidade apresentado por Procurador da República.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou aprovar o projecto de acórdão apresentado pelo Relator.

LISTAS DE ANTIGUIDADE

1) Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto a exercer, em comissão de serviço, funções como Juiz de Direito e relacionada com o facto de não constar da lista de antiguidade de 2006.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou deferir o pedido e em consequência, ordenar a rectificação da lista de antiguidade de Procuradores-Adjuntos, reportada a 31 de Dezembro de 2006.

2) Lista de antiguidade de Magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de Dezembro de 2007.

O Conselho deliberou aprovar a lista.

MOVIMENTO DE MAGISTRADOS

1) Reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta, respeitante ao movimento de magistrados do MP, de 13/07/2007.

Relator: Dr. Paulo Gonçalves.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação.

2) Movimento de Magistrados de 2008.

O Conselho deliberou que a reunião para o movimento terá lugar no dia 15 de Julho de 2008, mais deliberando constituir um grupo de trabalho para preparação desse mesmo movimento, presidido por Sua Excelência Vice- Procurador-Geral da República e integrado pelos Srs. Vogais a tempo inteiro, pela Sr.^a Dr.^a Francisca Van Dunem e pelo Secretário da Procuradoria-Geral da República.

Ficou ainda marcada uma reunião das Secções de Classificação para o dia 21 de Maio, de forma a actualizar as classificações antes da publicação do Aviso de Movimento.

TRIBUNAIS

Sistema de Segurança no Tribunal Judicial de Tomar.

Relator: Dr. Braga Temido.

O Conselho deliberou aprovar o acórdão apresentado pelo Relator.

MAPA JUDICIÁRIO

Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais – Mapa Judiciário.

Relatora: Dra. Francisca Van Dunem.

Esteve presente, durante o debate deste ponto, a Exma Procuradora da República, Dr.^a Helena Vera Cruz Pinto, na qualidade de membro designado para o grupo de trabalho do “Mapa Judiciário”. Após uma sucinta exposição da Dr.^a Helena Vera-Cruz Pinto acerca da matéria, usaram da palavra os Srs Drs. Ricardo Rodrigues, Francisca Van Dunem, Paulo Gonçalves, Euclides Dâmaso, Rui Alarcão, Pena dos Reis, Castro Caldas, Maria Fernanda Palma e Barradas Leitão.

Na sequência da discussão travada sobre a matéria foi então deliberado convocar para o dia 29 de Abril, pelas 15.00 horas, uma sessão extraordinária e tendo como único tema o ponto agora em causa e devendo todos os contributos para essa mesma sessão serem remetidos até ao dia 27 de Abril.

RECURSO DE DECISÕES DO COJ

1) Recurso intentado pelo funcionário judicial **Luís Filipe Sampaio Caixinha**, no processo disciplinar n.º 457-D/96 do COJ.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou negar provimento ao recurso hierárquico, mantendo a decisão recorrida.

2) Recursos apresentados pela funcionária judicial **Maria Helena Montez Ribeiro dos Santos de Oliveira Mendes**, nos processos n.ºs 519-D/04 e 299-D/05, do COJ.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou negar provimento ao recurso hierárquico interposto, mantendo na íntegra as decisões recorridas.